

TERMOS E CONDIÇÕES DE USO

A Plataforma MaisJurídico foi criada em 1999 (inicialmente como Debit) e desde então oferece soluções inovadoras e tecnológicas no modelo de software como serviço (SaaS - Software as a Service), apoiando e auxiliando advogadas, advogados e escritórios de advocacia na gestão jurídica.

As soluções tecnológicas do MaisJurídico e suas ferramentas afiliadas são pertencentes e operados pela MM INOVAÇÃO LTDA, registrada no CNPJ/MF 17.866.345/0001-25.

Ao contratar os serviços do MaisJurídico, você concorda com os termos e condições aqui descritos, que representam o contrato celebrado entre o MaisJurídico e seus clientes. Além disso, outras normas podem ser aplicáveis a esta relação jurídica, incluindo aquelas advindas (i) do Código Civil, (ii) da Lei nº 8.904/1994 (“Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil”) e (iii) do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

SERVIÇOS OFERECIDOS

A Plataforma MaisJurídico oferece, a depender do plano contratado, diversas ferramentas para gestão, que podem ser classificadas em:

a) **Versão para cadastramento manual:**

i) Controle e cadastramento manual de processos, clientes, andamentos, agenda, controle financeiro e gestão eletrônica de documentos (“GED”), cujos serviços em sua totalidade denominam-se como “Gestão de Processos”;

b) **Versão com ferramentas supletivas de automação cadastral:**

i) Serviço supletivo à consulta processual realizada diretamente pelos advogados e sociedades de advogados (“Contratante” ou “Contratantes”), permitindo aos interessados a facilitação no controle de processos, para que possam baixar publicações do Diário Oficial e andamentos disponibilizados nos sites dos órgãos competentes; (“Serviço de Busca”).



Ressaltamos que o serviço de busca e cadastro automático de andamentos é meramente supletivo e não dispensa, portanto, a fiscalização e o acompanhamento diretos da tramitação dos processos por parte do contratante advogado, o qual é o responsável direto pelos processos que patrocina.

CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Projetado para atender às necessidades de gestão de escritórios de advocacia de todos os portes, em quaisquer áreas de atuação, desde a pequena até a grande banca. Atende as necessidades das áreas operacional, administrativa e financeira, o MaisJurídico possui diversas ferramentas, tais como: agenda, contratos, processos, serviços extraprocessuais, financeiro, emissão de boletos, gerenciamento eletrônico de documentos (GED), relatórios, busca nos Diários Oficiais e busca de andamentos cadastrados pelos órgãos públicos.

1.1.1. O MaisJurídico não é um intermediário, agenciador ou parte na prestação de serviços realizada pelos Diários Oficiais ou outro órgão público ou privado que publique os andamentos de processos ou procedimentos sob sua atribuição, competência ou jurisdição. A Plataforma MaisJurídico fornece uma solução tecnológica que, de forma supletiva à obrigação do Contratante de fiscalizar diretamente o andamento do processo, facilita a busca (“Serviço de Busca”) e o cadastramento de andamentos processuais (“Cadastramento Automático”).

1.1.2. O MaisJurídico, em seus Serviços de Busca e Cadastramento Automático são destinados a evitar o trabalho manual do Contratante em copiar e colar as publicações em sua ferramenta de Gestão de Processos. Tais publicações têm sua origem nos Diários Oficiais e de Justiça e em andamentos processuais disponibilizados pelos órgãos públicos.

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

2. A Plataforma MaisJurídico não se responsabiliza:

2.1. Pelo descumprimento de prazos processuais ou por eventual outro compromisso, considerando que o Serviço de Busca e Cadastro Automático de andamentos processuais e



publicações dos diários oficiais possuem caráter meramente auxiliar, sendo baseadas em dados obtidos de fontes públicas, tais como tribunais, diários oficiais e outros órgãos competentes, não dispensando, portanto, a fiscalização direta nas fontes pelo contratante.

2.2. Pela formatação adequada das publicações e andamentos processuais, que serão cadastrados sem edição e exatamente como constam nas fontes originais de publicação, podendo incluir homonímia.

2.3. Por situações em que a culpa seja do próprio usuário ou de terceiros.

Salientamos que empregamos os nossos melhores esforços com diversas medidas de segurança para garantir a disponibilidade, confidencialidade e segurança dos dados dos nossos clientes. Apesar disso, cabe-nos informar que nenhum serviço na internet é 100% seguro. É possível que ocorra algum problema motivado por um terceiro - como em caso de ataques de hackers ou crackers ou, ainda, em caso de culpa exclusiva do usuário, que ocorre, por exemplo, quando ele utiliza um computador ou smartphone com vírus para acessar um serviço na internet e neste momento, tem sua sessão “hackeada” ou senha capturada ou mesmo quando compartilha dados de uso pessoal e intransferível como senhas e códigos de acesso. Assim, nos eximimos de responsabilidade caso ocorram situações como essas.

2.4. Pela precisão ou veracidade dos dados cadastrados pelas ferramentas de busca.

2.5. Pela observância das condutas e regras da Ordem dos Advogados do Brasil (“OAB”), pelos contratantes.

2.6. Sendo assim, o Usuário reconhece e concorda que permanece sendo o único responsável pela verificação das publicações, intimações e prazos diretamente nas fontes oficiais, não podendo o MaisJurídico ser responsabilizado por eventuais perdas de prazo, omissões de publicações, atrasos na disponibilização de dados, indisponibilidade de sistemas de terceiros ou quaisquer falhas decorrentes das fontes públicas utilizadas.

MAIORIDADE CIVIL E PODERES DE REPRESENTAÇÃO

3.1. A Plataforma MaisJurídico é destinada a pessoas físicas capazes e pessoas jurídicas devidamente representadas.



3.1.1. O Usuário que realizar o cadastro em nome de uma pessoa jurídica assume e declara possuir poderes para representá-la no tocante a estes Termos e Condições de Uso e em outras disposições referentes ao uso da Plataforma MaisJurídico. O Usuário que realizar o cadastro em nome de pessoa jurídica responderá solidariamente perante o MaisJurídico por qualquer violação a estes Termos e Condições de Uso, por eventual abuso dos poderes de representação.

3.2. O MaisJurídico recomenda que a utilização da Plataforma MaisJurídico pelos Usuários não ocorra em confronto com as determinações da OAB com relação à prestação de serviços e outras atividades de suporte à prática jurídica.

DISPONIBILIDADE

4.1. O MaisJurídico irá empreender seus melhores esforços para garantir a maior disponibilidade possível da sua plataforma e de seus serviços/produtos. Nos últimos anos, nossa plataforma tem alcançado um SLA (Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) de 99,8% por ano, contudo, algumas situações poderão causar indisponibilidade de acesso à plataforma, conforme descritas abaixo:

4.1.1 Nossos sistemas eventualmente poderão ficar indisponíveis para manutenção preventiva ou para a introdução de novas atualizações, funcionalidades ou serviços. Sempre que houverem atividades de natureza preventiva, informaremos nossos clientes previamente.

4.1.2 Manutenções emergenciais poderão ocorrer de forma a tornar a plataforma indisponível sem a possibilidade de aviso prévio ao cliente. Caso ocorram, serão realizadas no menor período de tempo possível.

4.1.3. Poderão ainda ocorrer falhas em estruturas tecnológicas de terceiros, que fogem ao controle do MaisJurídico, especialmente por parte de fornecedores e parceiros de serviços de infraestrutura de tecnologia, como por exemplo falhas de rede, falhas físicas como falta de energia ou motivadas por ações de hackers que causem indisponibilidade de servidores e consequentemente do acesso à plataforma do MaisJurídico.



4.2. Para que eventuais indisponibilidades não causem dano, prejuízo ou perda aos usuários, disponibilizamos funcionalidade para que todos os usuários façam diariamente o download do PDF para backup das informações cadastrais disponíveis, sendo que o MaisJurídico não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por eventuais indisponibilidades.

DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONTEÚDO

5.1. O domínio www.maisjuridico.com.br e suas marcas são registradas e de propriedade do MaisJurídico. O uso indevido e desautorizado é vedado e providências judiciais e administrativas serão adotadas contra violações. O website, suas páginas e suas telas, os materiais nelas contidos e sua composição são de propriedade do MaisJurídico e protegidos por direitos autorais, marcas registradas e pelas legislações aplicáveis. Utilizando nossos sistemas e serviços você concorda em respeitar os direitos e propriedades do MaisJurídico.

5.1.1. Os programas, bancos de dados, documentos e demais utilidades e aplicações que permitem ao Usuário acessar e usar sua Conta de Usuário são de propriedade do MaisJurídico e estão protegidos por todas as leis aplicáveis.

5.1.2. O uso indevido e a reprodução total ou parcial dos conteúdos em violação à propriedade intelectual são proibidos. Caso deseje utilizar algum destes conteúdos, você deverá entrar em contato conosco e obter autorização por escrito antes de fazê-lo. Usar qualquer conteúdo aqui mencionado sem a prévia e expressa autorização do MaisJurídico poderá acarretar em responsabilizações penais e civis.

5.2. Parte das informações disponíveis na Plataforma MaisJurídico são geradas e transmitidas por terceiros, sem o envolvimento ou responsabilidade do MaisJurídico. O MaisJurídico nunca irá alterar o conteúdo que for produzido por terceiros, especialmente no tocante a andamentos processuais, publicações de diários oficiais e de justiça e intimações judiciais.

5.3. O Usuário concorda em usar a Plataforma MaisJurídico de boa-fé, sem usar, carregar, transmitir ou enviar da Plataforma MaisJurídico ou para a Plataforma MaisJurídico qualquer material:



5.3.1. Que seja de cunho violento ou ameaçador, difamatório, obsceno, ofensivo, pornográfico, abusivo, passível de incitar qualquer forma de ódio racial, discriminatório ou em violação de privacidade de terceiro;

5.3.2. Para o qual não tenham sido obtidas pelo Usuário todas as licenças e/ou aprovações necessárias;

5.3.3. Que constitua ou incite condutas que possam ser consideradas ilícitos criminais ou civis, que violem direitos de terceiros seja no Brasil ou no exterior ou que sejam meramente ilegais sob qualquer outra forma;

5.3.4. Que sejam tecnicamente danosas, incluindo, mas não limitado a vírus de computador, macros, “cavalos de tróia”, worms, componentes maliciosos, dados corrompidos e outros programas ou dados de computador maliciosos ou que sejam projetados para interferir, interromper ou derrubar as operações normais de um computador;

5.3.5. Que tenha como objetivo fraudar, dissimular ou comprometer o bom funcionamento da Plataforma MaisJurídico, seja pela violação de protocolos de segurança ou qualquer outro meio.

5.4. Você deve zelar para que seu uso da Plataforma MaisJurídico e dos serviços não seja prejudicial à estabilidade e disponibilidade destes. Caso isso ocorra, você poderá ser responsabilizado pelos prejuízos a que der causa.

5.5. O MaisJurídico poderá ser requerido a cooperar com autoridades e com diligências judiciais que visem a identificar os Usuários que atuem em descumprimento com as disposições deste item 5.

5.6. O MaisJurídico poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, adicionar ou remover conteúdos e funcionalidades da Plataforma MaisJurídico sem que isso caracterize, sob qualquer forma, ofensa aos direitos dos Usuários.

5.7. O MaisJurídico irá se esforçar para manter o conteúdo da Plataforma atualizado, livre de quaisquer defeitos ou vírus. Contudo, o MaisJurídico não é responsável por esses e outros possíveis problemas.



LINKS PARA SITES DE TERCEIROS

6.1. A Plataforma MaisJurídico pode conter links para sites operados por terceiros que podem ser parceiros do MaisJurídico. Tais links são fornecidos somente para a sua conveniência, comodidade e informação. O MaisJurídico não controla esses sites e não assume qualquer responsabilidade em relação ao conteúdo ou ao uso dos mesmos. O fato do MaisJurídico incluir links para tais sites não significa qualquer endosso do material ali contido e nem qualquer tipo de sociedade, associação com seus operadores ou com as suas operações.

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. O MaisJurídico trata dados pessoais para a prestação de seus serviços oferecidos por meio de sua plataforma e demais sistemas para finalidades legítimas e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, especialmente para atendimento de seus clientes, faturamento, cumprimento de obrigações legais, aprimoramento de seus serviços, marketing e comunicações, suporte, atendimento, compartilhamento com parceiros e fornecedores. Para entender com mais detalhes como o MaisJurídico trata dados pessoais, acesse o nosso **Aviso de Privacidade**, disponível no link www.maisjuridico.com.br/aviso_de_privacidade.pdf.

RESTRIÇÃO DE ACESSO AO SISTEMA

8.1. Para promover o bom funcionamento e qualidade dos serviços, o MaisJurídico se reserva no direito de, sem a necessidade de notificação prévia, impedir ou interromper o acesso do Usuário que estiver atuando de qualquer forma a violar qualquer disposição destes Termos e Condições de Uso, do Aviso de Privacidade ou de qualquer contrato celebrado por meio da Plataforma MaisJurídico.

SERVIÇO DE E-MAILS

9.1. O MaisJurídico não é um provedor de serviços de e-mails. Nos planos em que são ofertadas caixas de e-mail, utilizaremos o serviço de e-mails de outro provedor para prover tal funcionalidade.



9.2. Nos planos em que são ofertadas caixas de e-mail, o MaisJurídico será responsável pela criação das caixas e disponibilização do acesso via webmail do provedor. Caso o Usuário deseje utilizar sua caixa de e-mail por meio de programas de terceiros, como por exemplo o Mozilla Thunderbird ou similar, não será prestado suporte para este tipo de configuração, devendo o Usuário consultar se este recurso está disponível e como realizar a configuração no manual do provedor de e-mails.

9.3. O Usuário é responsável pela boa conduta na utilização do serviço de e-mails, cabendo-lhe respeitar as regras de utilização do provedor. Desrespeitar a boa conduta no envio de e-mails, seja realizando a prática de SPAM ou qualquer outra prática que viole as regras dos provedores de e-mails da internet poderá resultar em suspensão da conta.

9.4. Cada serviço de e-mails da internet, como por exemplo Outlook, Gmail, UOL, Yahoo! Mail, possui suas próprias regras para classificação de e-mails recebidos como SPAM. Ao violar estas regras, o Usuário poderá ter problemas ao enviar novos e-mails para o mesmo ou para novos destinatários, visto que sua caixa de e-mail ou até mesmo todas as caixas de e-mail do seu domínio poderão ser classificadas negativamente e entrar em “Blacklists”, que são listas de rejeição de caixas de e-mails compartilhadas entre provedores na internet.

9.5. Nos planos em que são ofertadas caixas de e-mail, o Usuário poderá optar por utilizar um dos provedores a seguir, de acordo com a disponibilidade: Locaweb, Google Mail ou ZohoMail. O MaisJurídico ofertará caixas de e-mail gratuitamente, de acordo com a quantidade ofertada pelo plano assinado pelo Usuário, apenas para Usuários que optarem pela utilização do provedor Locaweb. Caso o Usuário opte por utilizar outro provedor que não seja a Locaweb, o MaisJurídico ficará responsável apenas pelas configurações dos servidores necessárias para o funcionamento do serviço de e-mails, criação das caixas de e-mail e disponibilização do acesso ao webmail, ficando o Usuário responsável por eventuais assinaturas ou taxas decorrentes do serviço escolhido.

9.6. Em caso de suspensão do serviço de e-mails, principalmente em casos de SPAM, o Usuário deverá entrar em contato com o MaisJurídico imediatamente para relatar o ocorrido.

9.7. O Usuário ficará responsável pelo backup dos seus e-mails. Recomendamos que seja realizado backup diário para evitar possíveis perdas, visto que os provedores de e-mails não são isentos de falhas.



SITE PARA ADVOGADOS

10.1. Nos planos em que são ofertados um site ao Usuário, o MaisJurídico ficará responsável pela contratação do domínio escolhido pelo usuário, desde que o domínio esteja disponível na internet, podendo este conter a extensão .com.br ou .adv.br. O MaisJurídico também ficará responsável pela hospedagem do site em sua infraestrutura e configuração dos servidores DNS para publicação do site. A criação do site e suas páginas de conteúdo deverá ser realizada pelo Usuário por meio da ferramenta disponível na plataforma.

10.2. O MaisJurídico utiliza infraestrutura própria para hospedagem de sites criados em sua plataforma, não sendo possível exportar este site para outra hospedagem ou até mesmo realizar um backup deste site.

10.3. Não compartilhamos acesso à infraestrutura de hospedagem de sites do MaisJurídico, não sendo possível hospedar sites criados por terceiros na nuvem do MaisJurídico.

10.4. O site disponibilizado pelo MaisJurídico não contará com o recurso de certificado SSL.

EMIÇÃO DE BOLETOS

11.1. O MaisJurídico não é uma plataforma de pagamentos, empresa de arranjo de pagamentos ou banco. Nos planos em que são ofertadas emissões de boletos, utilizaremos o serviço de uma plataforma de pagamentos por meio de integração de sistemas para prover tal funcionalidade.

11.2. Ao utilizar o sistema de emissão de boletos disponibilizado pelo MaisJurídico, você concorda em compartilhar seus dados bancários e dados de emissão de boletos com a empresa ou banco responsável pela emissão destes boletos.

11.3. Todas as transações financeiras realizadas, sejam elas emissões de boletos, recebimentos de valores ou transferências bancárias, serão realizadas pela plataforma de pagamentos integrada ao MaisJurídico, sendo o MaisJurídico responsável apenas pela integração dos dados para que o Usuário consiga emitir boletos e acompanhar seus recebimentos.



11.4. Os boletos compensados serão depositados primeiramente na plataforma de pagamentos integrada ao MaisJurídico para depois serem transferidos para a conta bancária do Usuário.

11.5. A conta utilizada para emissão de boletos, recebimento de valores e realização de transferências é criada e mantida junto à plataforma de pagamentos, sendo esta a única responsável pela abertura, manutenção, monitoramento, análise de risco, verificação cadastral (KYC – Conheça Seu Cliente), prevenção à fraude e demais procedimentos de compliance relacionados à conta do Usuário.

Dessa forma, a plataforma de pagamentos poderá, a seu exclusivo critério e de acordo com suas políticas internas, termos de uso, regras de segurança, critérios de análise de risco e exigências legais ou regulatórias aplicáveis, realizar bloqueios, suspensões, limitações de uso, retenções de valores, solicitações de documentação adicional ou o encerramento da conta do Usuário.

O MaisJurídico não possui qualquer ingerência, controle ou responsabilidade sobre tais decisões, tampouco sobre os critérios utilizados pela plataforma de pagamentos para análise, aprovação, bloqueio ou encerramento de contas. Assim, o MaisJurídico não poderá ser responsabilizado por eventuais bloqueios, suspensões, retenções de valores, atrasos em transferências ou encerramentos de conta realizados pela plataforma de pagamentos, nem por quaisquer prejuízos diretos ou indiretos decorrentes dessas medidas.

11.6. Não nos responsabilizamos por eventuais perdas em decorrência de atrasos no recebimento ou bloqueio de valores que poderão ocorrer em decorrência da utilização desta ferramenta, visto que o MaisJurídico é responsável apenas pela integração sistêmica com a plataforma de pagamentos e não pelo processamento dos pagamentos.

11.7. O Usuário ficará responsável por consultar informações sobre a empresa de pagamentos, julgar se a considera confiável e só utilizar a ferramenta de emissão de boletos do MaisJurídico se de fato confiar na empresa de pagamentos responsável pelas emissões, recebimentos e transferências bancárias.

11.8. O nome da plataforma de pagamentos utilizada por meio de integração poderá ser consultado na tela de configuração da ferramenta de emissão de boletos.



FERRAMENTA DE CAPTURA DE PUBLICAÇÕES

12.1. A ferramenta Diário Oficial possibilita o monitoramento e captura de publicações em diários oficiais de todo o território nacional. A abrangência do monitoramento pode ser consultada [nesta página](#).

12.2. O monitoramento para recebimento de publicações pode ser realizado com base em:

- I – nomes completos de advogados vinculados à OAB;
- II – nomes ou razão social de empresas;
- III – números de CPF ou CNPJ;
- IV – outras palavras-chave específicas que permitam a identificação de pessoas físicas ou jurídicas.

12.3. Não será permitido o monitoramento de:

- I – palavras isoladas ou termos genéricos;
- II – expressões amplas que não identifiquem pessoa ou entidade específica;
- III – nomes incompletos ou abreviados que possam gerar captura excessiva de publicações.

Exemplificativamente, não poderão ser utilizados termos como “contrato”, “indenização” ou qualquer outro termo genérico que não represente identificação específica.

12.4. O MaisJurídico poderá, a qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio:

- I – suspender ou excluir palavras-chave cadastradas;
- II – bloquear o monitoramento de nomes de advogados ou números de OAB;
- III – limitar consultas ou capturas automatizadas de publicações.

Tais medidas poderão ser adotadas sempre que o MaisJurídico identificar que:

- a) os termos cadastrados não estejam de acordo com os critérios estabelecidos nestes Termos de Uso;
- b) o monitoramento esteja gerando volume excessivo de publicações;
- c) o uso esteja impactando a estabilidade ou desempenho da plataforma;
- d) o uso seja incompatível com a finalidade da ferramenta.



USO AUTOMATIZADO DA PLATAFORMA

13.1. É expressamente proibida a utilização de robôs, scripts, crawlers, spiders ou qualquer outro mecanismo ou processo automatizado destinado a acessar, consultar, utilizar ou extrair dados da plataforma.

ASSINATURA

14.1. Em caso de assinatura por meio de cartão de crédito, é possível habilitar o recurso de renovação automática, para que mensalmente ou anualmente, de acordo com o período escolhido, a assinatura seja renovada automaticamente. Pacotes adicionais como por exemplo o pacote de SMS devem sempre ser renovados de forma manual.

14.2. Caso a renovação automática via cartão de crédito não esteja habilitada, a plataforma enviará um e-mail com 05 dias de antecedência ao vencimento da assinatura contendo um link para renovação do plano via boleto bancário. Recomendamos que o boleto seja pago no mesmo dia de recebimento para que haja tempo de compensação bancária, evitando assim problemas de bloqueio da conta.

14.3. O Usuário poderá desabilitar a qualquer momento a renovação automática da assinatura por meio da plataforma, de forma simples e segura.

CANCELAMENTO

15.1. O MaisJurídico disponibiliza o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura, para que o cliente possa realizar o cancelamento da assinatura com direito ao reembolso integral do valor pago.

15.2. Caso o cliente opte por cancelar a assinatura após o prazo de 10 (dez) dias da data da assinatura, o cancelamento será realizado de forma imediata, sem a restituição de qualquer valor pago, seja a assinatura mensal, anual ou bienal.

15.3. O MaisJurídico não exige fidelização, ou seja, havendo a expiração da assinatura, não é necessário a renovação tão pouco o aviso prévio.



15.4. O cliente poderá solicitar o cancelamento da assinatura a qualquer momento por meio dos nossos canais de atendimento ou simplesmente desabilitar a renovação por meio da plataforma e não realizar o pagamento do último boleto recebido.

15.5. Havendo a falta de pagamento após o término do prazo contratado pelo cliente, os serviços serão imediatamente suspensos.

BLOQUEIO DA CONTA

16.1. Ocorrendo a expiração da assinatura, a conta será bloqueada para uso, sendo possível o acesso somente com a conta administradora para renovação da assinatura e abertura de chamados. Não será possível utilizar a plataforma para qualquer outro fim senão os especificados acima enquanto a assinatura estiver vencida.

REAJUSTES

17.1. Nossos planos de assinatura poderão sofrer reajustes de valores anuais, porém não necessariamente serão baseados em índices pré-determinados. O reajuste anual será estabelecido pelo nosso critério e de acordo com a necessidade de manter a qualidade e continuidade dos nossos serviços. Vale ressaltar que nos esforçamos ao máximo para prestar um serviço de qualidade a um ótimo custo-benefício.

17.2. Havendo a necessidade de aplicação de reajustes, encaminharemos um e-mail informando sobre a alteração de valores para que nossos clientes possam tomar conhecimento e, se desejarem, optar pelo cancelamento da assinatura. Ao continuar com a utilização dos nossos serviços após a notificação, o usuário estará aceitando o novo valor.

PERMANÊNCIA E EXCLUSÃO DOS DADOS

18.1. Após a expiração da assinatura, seja por cancelamento ou por falta de pagamento, os dados inseridos na plataforma permanecerão salvos pelo período de 06 (seis) meses a contar da data de expiração da assinatura. Após este período, a conta juntamente com todos os dados cadastrados poderão ser excluídos, a critério do MaisJurídico, de forma irrecuperável e sem aviso prévio.



18.2. No caso de contas que utilizam o plano gratuito, os dados e a conta poderão ser excluídos, a critério do MaisJurídico, sem aviso prévio, após 06 (seis) meses de inatividade, ou seja, seis meses sem acesso com login e senha ou após 06 (seis) meses de expiração da validade do plano gratuito.

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

19.1. Em nenhuma hipótese o MaisJurídico será responsável por lucros cessantes, perda de receitas, perda de oportunidades, perda de dados ou quaisquer danos indiretos decorrentes do uso da plataforma.

19.2. Sem prejuízo das demais limitações previstas nestes Termos de Uso, na máxima extensão permitida pela legislação aplicável, a responsabilidade total do MaisJurídico por quaisquer danos relacionados ao uso da plataforma ficará limitada ao valor total efetivamente pago pelo Usuário ao MaisJurídico nos 6 (seis) meses anteriores ao evento que originou a reclamação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O MaisJurídico é uma empresa brasileira e a Plataforma MaisJurídico e seus serviços são criados e mantidos em fiel cumprimento às leis brasileiras e demais tratados que são incorporados à jurisdição brasileira.

20.2. Estes Termos e Condições de Uso, bem como qualquer outra disposição referente ao uso da Plataforma MaisJurídico, não estabelece qualquer vínculo societário, trabalhista de representação, agenciamento, consórcio ou de qualquer outra natureza entre os Usuários e o MaisJurídico.

20.3. Caso o MaisJurídico deixe de exercer qualquer direito previsto nestes Termos e Condições de Uso, isto não deverá ser interpretado como uma renúncia, abdicação ou revogação de disposição constante destes Termos e Condições de Uso.

20.4. Poderemos modificar a qualquer momento o presente Termo, especialmente para adaptá-lo às eventuais alterações feitas em nosso site, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, novos serviços ou pela alteração de condições de contratação ou oferta



dos serviços disponibilizados. Se você não concordar com alguma mudança feita nestes Termos, recomendamos interrompa a utilização da Plataforma MaisJurídico e encerre a sua conta. A última versão destes Termos e Condições de Uso sempre estará disponível neste endereço: www.maisjuridico.com.br/termos.pdf. Salientamos que tais alterações serão aplicáveis desde o momento em que forem disponibilizadas na Plataforma MaisJurídico.

20.5. Todos os itens destes Termos e Condições de Uso serão regidos pelas leis vigentes da República Federativa do Brasil. Para dirimir quaisquer controvérsias fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, capital do estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas destes Termos de Uso.

Versão atualizada em 13/03/2026
Classificação do documento: Público

